

TRT celebra trabalho livre com entrega de comendas



Este ano foram escolhidas para receber a Medalha Conselheiro João Alfredo 22 personalidades e quatro instituições

Representante do Carnaval pernambucano, o bloco da Saudade foi uma das entidades homenageadas com a Medalha Conselheiro João Alfredo Correa de Oliveira. Também recebeu comenda o ex-presidente do TST, ministro Carlos Alberto Reis de Paula (esquerda, ao lado do presidente do TRT-PE, desembargador Ivanildo Andrade).

Enfatizando a importância de o Judiciário manter diálogo permanente com todos os setores da sociedade, o presidente

do TRT-PE, desembargador Ivanildo da Cunha Andrade, declarou que “A um tempo árdua e nobre, a tarefa de distribuir justiça é por demais complexa para ser exercida de modo isolado, nos limites estritos firmados pela estrutura do Judiciário, sem a cooperação de todos os que participam do complexo tecido social”.

A cerimônia aconteceu dia 13 de maio no teatro Luiz Mendonça, Parque Dona Lindu.

Páginas 04 e 05

Novo cidadão do Recife

Natural de Macaparana-PE, desembargador Ivanildo Andrade recebeu título de cidadão recifense.

Página 08

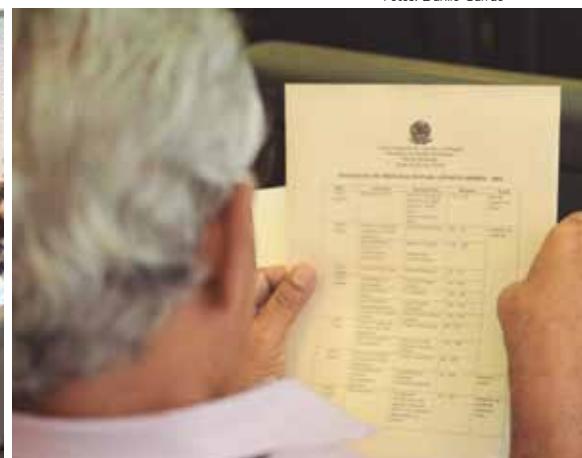
Transposição do São Francisco

Sentença obriga empresa a garantir ambiente de trabalho saudável

Página 06

Programa de Preparação para Aposentadoria do TRT-PE chega ao 4º ciclo

Fotos: Danilo Galvão



O assistente social Renato Pinto destacou os desafios trazidos pela aposentadoria. Programa teve grande aceitação entre os servidores e magistrados

Na última quinzena de maio, aconteceu o quarto ciclo do Programa Novo Tempo de Preparação para Aposentadoria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE). Entre os dias 19 e 29, os inscritos assistiram a palestras e participaram de atividades ligadas à saúde, sexualidade, gestão de finanças pessoais, empreendedorismo, lazer, cidadania e voluntariado, entre outras.

“O programa foi instituído pelo Ato TRT 94/2008, com o objetivo de orientar e apoiar servidores e magistrados em vias de se aposentar para que eles pudes-

sem planejar esta nova etapa na vida. Desde 2013, inclusive, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) instituiu o programa para todo o Judiciário Trabalhista, através da resolução 132/2013”, informou o assistente social do TRT, Renato Pinto.

De acordo com ele, neste ano o Programa contou com 25 inscritos, somando mais de 80 participações nas quatro edições. “Se para uns a aposentadoria é o momento de descansar, de cuidar melhor de si mesmo e de se dedicar à família, para outros esta fase da vida pode trazer al-

gumas perdas e apresentar vários desafios”, disse. Renato citou o alerta dado pela coautora do livro Aposentação, Dulce Helena Penna Soares, segundo a qual é alta a incidência de pessoas que se separam, adoecem ou até morrem quando se aposentam.

Participando pela primeira vez, a servidora da secretaria de gestão de pessoas Clarisse Marinho fez questão de recomendar o Programa: “É excelente, muito bem planejado, organizado e executado, além de ter ótima fundamentação teórica. Superou todas as minhas expectativas”, decla-

rou. Opinião semelhante teve a servidora Diane Cardoso, da coordenação de pagamentos: “Adorei as palestras, achei tudo muito organizado, gostei!”, disse.

Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas do TRT-PE, Eliane Remiggio destacou mudança de mentalidade em relação ao Programa. “No início, as pessoas tinham vergonha de participar, pois achavam que estavam sendo colocadas para fora. Hoje já existe interesse, pois se percebeu que o curso é algo que a instituição está oferecendo como meio de valorização dos servidores”, comemorou.

Jornal do TRT da 6ª Região

Cais do Apolo, 739 Bairro do Recife
50.030-902 Recife PE
Imprensa: 81-3225.3216
imprensa@trt6.jus.br

PRESIDENTE

Ivanildo da Cunha Andrade

VICE-PRESIDENTE

Pedro Paulo Pereira Nóbrega

CORREGEDORA

Virgínia Malta Canavarro

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO

Eneida Melo Correia de Araújo
André Genn de Assunção Barros
Ivanildo da Cunha Andrade
Gisane Barbosa de Araújo
Pedro Paulo Pereira Nóbrega
Virgínia Malta Canavarro
Valéria Gondim Sampaio
Ivan de Souza Valença Alves
Valdir José Silva de Carvalho
Acácio Júlio Kezen Caldeira
Dione Nunes Furtado da Silva
Dinah Figueirêdo Bernardo
Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino

Nise Pedrosa Lins de Sousa

Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura
Mária do Socorro Silva Emerenciano
Sergio Torres Teixeira
Fábio André de Farias
Paulo Alcantara

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Ayrton Carlos Porto Júnior

DIRETOR-GERAL

Wlademir de Souza Rolim

SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO

Nyéjda Menezes Soares de Azevedo

REDATORES

Eugenio Pacelli / Mariana Mesquita
Helen Falcão / Fábio Nunes
Iuri Moreira / Francisco Shimada / Jaqueline Fraga

REVISÃO

Eugenio Pacelli

FOTOGRAFIA

Stela Maris / Elysangela Freitas / Danilo Galvão

PROJETO GRÁFICO

Simone Freire

DIAGRAMAÇÃO

Simone Freire / Gilmar Rodrigues / Micaele Freitas

ESTAGIÁRIA DE JORNALISMO

Jaqueline Fraga

IMPRESSÃO

Gráfica e Editora Liceu
(Tiragem: 1.500 exemplares)

Instalação do PJe-JT na reta final



No início de maio, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE) retomou as instalações do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) em suas unidades. Com implantações nos municípios de Catende, Garanhuns, Pesqueira, Belo Jardim, Goiana, Timbaúba, Carpina, Limoeiro e Surubim, o Regional passa a dispor de 64 Varas operando com a nova plataforma eletrônica, o equivalente a 95,5%. No início de junho, o PJe já estará funcionando em 100% das varas trabalhistas do estado.

Nas solenidades realizadas durante o mês, o presidente Ivanildo Andrade enfatizou ser a plataforma um instrumento de confirmação da cidadania que exigirá do servidor uma participação mais produtiva no trâmite processual. Além disso, destacou a relação direta entre a problemática atual da mobilidade e as facilidades trazidas pelo sistema. “Agora os operadores podem participar do processo sem precisar se deslocar, tomando conhecimento, acessando e praticando os atos à distância”, disse.

O desembargador apontou, ainda, outros ganhos, como a celeridade e a responsabilidade ambiental: “Deixaremos de usar o papel, fato que implica uma melhoria na qualidade de vida, já que

apenas esta justiça especializada deixará de cortar cerca de 50 mil árvores por ano”.

Catende – A Vara foi a primeira do ano e a 57ª unidade a receber o sistema. No dia 5, o desembargador presidente sublinhou que a nova plataforma vem sistematizar o trabalho, “possibilitando um avanço na prestação jurisdicional”, ressaltando, ainda, que trará maior acessibilidade aos operadores do direito e aos jurisdicionados.

Garanhuns – Na solenidade de inauguração no Agreste Meridional do estado, coube a José Tavares de Souza ajuizar a primeira ação pelo PJe. Aos 72 anos, o advogado conta que não teve dificuldade de lidar com a nova plataforma, realçando que a Justiça do Trabalho ficará ainda mais célere.

Pesqueira – “Não faz tanto

tempo, o que havia eram máquinas de escrever, hoje objetos de museu, depois vieram os computadores. Agora surge o PJe, num conjunto de modernas tecnologias”, ressaltou a titular da VT, juíza Andrea Cláudia de Souza, fazendo breve retrospectiva do avanço tecnológico no Judiciário ao longo dos anos.

Belo Jardim – A unidade foi a 60ª do TRT6 a funcionar com o sistema. Na inauguração, o juiz titular da VT, Marcelo Bacallá, elogiou o modelo de capacitação em aulas presenciais e à distância implementado pela EJTRT6 para o domínio da ferramenta.

Goiana – O titular da Vara e juiz auxiliar da Presidência, Virgínio Benevides, frisou que o PJe “racionalizará os processos judiciais, reduzindo custos e agilizando a tomada de decisão. A rapidez e a segurança são os grandes

diferenciais”, disse referindo-se à viabilidade e aos benefícios a serem usufruídos pela sociedade, advogados e servidores.

Timbaúba – “Iniciamos em maio a capacitação que se faz necessária aos servidores que há 10, 15 anos executam atividades mormente burocráticas”, disse o desembargador presidente, que desde o início da sua gestão se preocupa com a adaptação às tarefas impostas pelo novo sistema e com a atualização do pessoal acostumado a lidar apenas com processos físicos.

Carpina – “Eu mesma vou fazer o curso sobre PJe, porque, cada vez mais, ele vai se aperfeiçoando”, disse a desembargadora Dione Furtado, que acompanhou a solenidade de implantação em Carpina. A magistrada também falou da alegria de presenciar mais um avanço da VT, já que atuou na unidade em 1993.

Limoeiro – “A partir do PJe, podemos dizer que a Justiça do Trabalho está efetivamente inserida no mundo online, em que todos estão conectados e tudo é muito rápido”, ressaltou o juiz substituto Edson Luis Bryk, acentuando, ainda, melhorias na qualidade de vida dos profissionais envolvidos, na preservação ambiental e numa maior fluidez do trânsito.



Desembargador Ivanildo Andrade participou das solenidades de todas as unidades que receberam o sistema em maio

TRT-PE comemora a Abolição e homenageia personalidades

Gilberto Vieira



Desembargadores Virgínia Canavarro (Corregedora), Pedro Paulo Nóbrega (vice-presidente) e Ivanildo Andrade (presidente) entregam medalha à juíza Germana Camarotti

Em celebração à abolição da escravatura no Brasil (13 de maio), o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE) condecorou personalidades e instituições com a Medalha Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira. O evento aconteceu na noite do dia 13 no teatro Luiz Mendonça, no parque Dona Lindu.

Em seu discurso, o presidente do TRT-PE, desembargador Ivanildo da Cunha Andrade, destacou a necessidade de o Judiciário manter diálogo permanente com todos os setores da sociedade. “A tarefa de distribuir justiça é por demais complexa para ser exerci-

da de modo isolado, nos limites estritos firmados pela estrutura do Judiciário, sem a cooperação de todos os que participam do complexo tecido social”, disse.

O presidente também lembrou a importância da abolição para o avanço, aperfeiçoamento e humanização da sociedade, ressaltando que a referência ao 13 de maio é a mais emblemática possível para o Judiciário Trabalhista, “porquanto traz à lembrança o advento do homem liberto e do trabalho livre que propiciaria, décadas mais tarde, a expansão da livre prestação de serviços e o surgimento da Justiça especializada, que tem por escopo

minimizar os conflitos resultantes da relação trabalho vs. capital”.

Além disso, alertou para a nova realidade que se verifica com intensas transformações sociais: “Reflexo direto desses novos tempos é o aumento do número de processos, ao que se acresce a variação e a complexidade das causas, demandas a que o TRT6 tem de atender com eficiência extrema, celeridade máxima e transparência ilimitada.” Em seguida, disse que para corresponder a essa expectativa, “o TRT6 está na iminência de implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJE) em todas as suas unidades já no próximo início de junho”

Vinte e duas personalidades receberam a comenda. Entre elas o cantor e compositor Getúlio Cavalcanti; o vereador Jurandir Liberal; o advogado Leonardo Coelho; o empresário Fernando Catão; o professor Ailton Arruda; a desembargadora aposentada do TJPE Alderita Ramos; o presidente do TRT23, desembargador Edson Bueno de Souza; a vice-presidente do TRT12, desembargadora Viviane Colucci; o general de brigada Gilberto Pontes Netto e os magistrados da Sexta Região Gilvanildo de Araújo Lima, Mayard de França Saboya Albuquerque e Germana Camarotti Tavares. Quatro instituições receberam a medalha:

Stela Maris



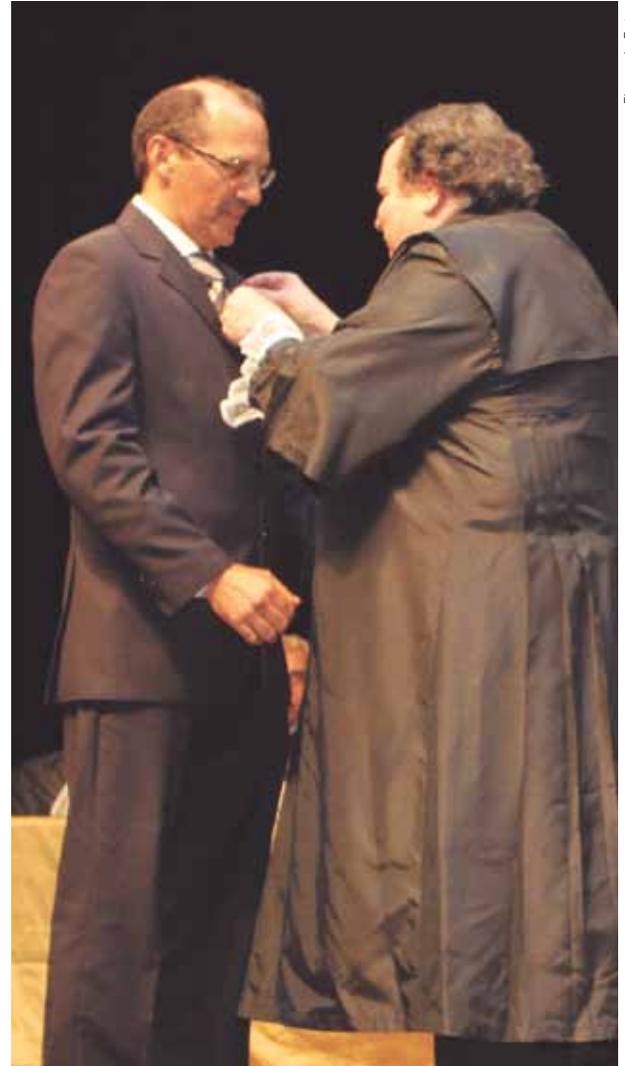
Juiz titular da 15ª VT do Recife, Gilvanildo de Araújo Lima, recebe comenda da corregedora Virgínia Canavarro

Elyszangela Freitas



Dirigentes do TRT6 e a juíza homenageada Mayard Saboya Albuquerque, titular da 2ª VT de Jaboatão

Elyszangela Freitas



Desembargador Pedro Paulo Nóbrega condecora o juiz titular da 3ª VT de Jaboatão, Aurélio da Silva

Associação Comunidade Católica Kairós; Centros de Referência em Saúde do Trabalhador; Associação dos Aposentados e Pensionistas da Justiça do Trabalho da 6ª Região e o Bloco da Saudade. O médico Waldir Cavalcanti foi homenageado *in memoriam*.

O dispositivo de honra foi composto pelos dirigentes do TRT-PE, presidente Ivanildo Andrade; vice-presidente Pedro Paulo Pereira Nóbrega e corregedora Virgínia Malta Canavarro; pelos desembargadores do TRT-PE André Genn de Assunção Barros, Valéria Gondim Sampaio, Ivan de Souza Valença Alves, Valdir José

Silva de Carvalho, Acácio Júlio Kezen Caldeira, Dione Nunes Furtado da Silva, Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino, Nise Pedroso Lins de Sousa, Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura, Maria do Socorro Silva Emerenciano, Sergio Torres Teixeira, Fábio André de Farias e Paulo Dias de Alcântara. Também integraram o dispositivo o ex-presidente do TST Carlos Alberto Reis de Paula; o presidente da OAB-PE Pedro Henrique Alves; o vice-presidente da Amatra-VI José Adelmly da Silva Acioli; o general de brigada Gilberto Franco Netto e a procuradora do trabalho Elisabeth Veiga.



O músico Getúlio Cavalcanti e o Bloco da Saudade também foram homenageados

Elyszangela Freitas

Sentença determina melhorias para operários da transposição do São Francisco



Foto do processo



Foto do processo



Fotografias, filmagens e documentos relacionados às inspeções integram processo em ação apreciada pela juíza Ana Maria de Freitas (ao lado)

A juíza da Vara do Trabalho (VT) de Salgueiro, Ana Maria Aparecida de Freitas, deferiu pedido de antecipação de tutela, em ação movida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) contra o Consórcio Construtor Águas de São Francisco, para garantir a segurança dos operários que trabalham nas obras de transposição do Rio São Francisco naquela região. Os trabalhadores beneficiados integram as frentes de trabalho Aqueduto Salgueiro, Estrutura de Controle e em duas usinas de concreto.

Formado pelas empresas Carioca Christiane-Nielsen Engenharia S.A., Serveng Civilsan S.A., Empresas Associadas de Engenharia, AS Paulista de Construção e Comércio e Zavattaro Engenharia e Construções LTDA, o Consórcio foi notificado e deve cumprir imedia-

tamente a decisão da magistrada. Uma audiência está marcada para 21 de julho, na VT de Salgueiro, que agora é de responsabilidade do juiz Cícero Antônio Santos Tavares em razão de a juíza Ana Maria de Freitas ter assumido a VT de Serra Talhada. Cabe ao MPT fiscalizar o cumprimento da decisão, tomada em maio.

Após inúmeras denúncias, a Superintendência Regional do Trabalho (SRT) e uma força nacional do MPT realizaram duas fiscalizações nos canteiros de obra em 24 de abril e 7 de maio. A terceirização indevida de mão de obra, com desvio de função, e o descumprimento das Normas Regulamentadoras nº 18, 24 e 34 foram algumas das irregularidades comprovadas por meio de fotografias, filmagens e documentos relacionados às inspeções.

Durante as fiscalizações, também observou-se que não foram concedidos equipamentos de proteção individual (EPIS) e coletiva aos trabalhadores, como sistema de proteção contra queda para trabalhos realizados em andaime e altura; e que as instalações sanitárias, embora suficientes, não estavam higienizadas, por exemplo. Dentre as 25 obrigações a serem acatadas pelo Consórcio, a juíza determinou a utilização de andaimes dotados de sistema de guarda-corpo e rodapé; fornecimento gratuito e obrigatoriedade do uso de EPIS; disponibilização de água quente, nos chuveiros, e material de limpeza, nos lavatórios; e manutenção dos trabalhadores nas funções para as quais foram designados e treinados.

Com a ampla comprovação das alegações apresentadas pelo MPT

na causa coletiva, a juíza Ana Maria Aparecida de Freitas tomou decisão favorável ao Ministério, como forma de garantir a segurança dos operários. “Foram violados vários princípios básicos da dignidade do trabalhador e da valorização do trabalho, inclusive com grave risco de acidentes. Não há menor sombra de dúvidas de que existem os pressupostos necessários ao deferimento do pedido de antecipação de tutela”, fundamenta a magistrada.

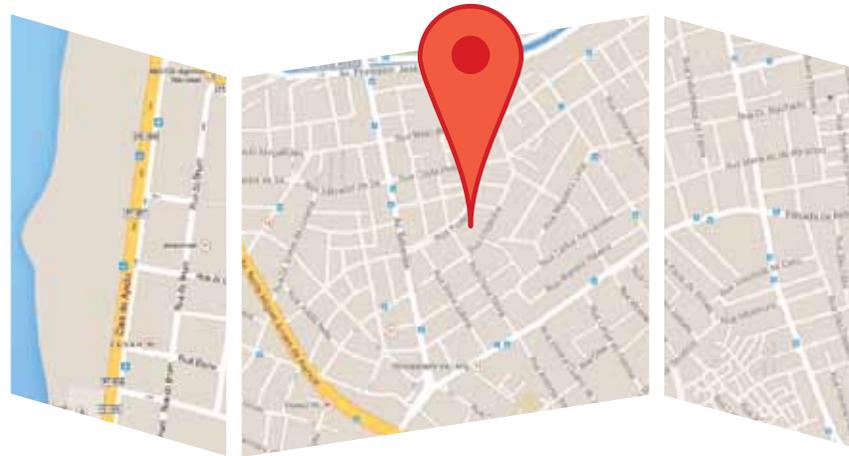
O descumprimento de quaisquer obrigações por parte dos empregadores resultará multa única de 30 mil reais e multas de 10 mil reais por cada trabalhador prejudicado. O valor será revertido ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ou à instituição indicada pelo Ministério Público do Trabalho.

Acórdão inspira atualização no Diário Eletrônico

O uso de imagem do *Google Maps* pelo desembargador do TRT6 Paulo Alcantara suscitou discussão para o aperfeiçoamento do DEJT. Em razão da novidade, o acórdão ainda não foi publicado no canal oficial, que não suporta a divulgação de imagens.

Discutida e aprovada em reunião do Comitê Gestor do DEJT no

CSJT a pedido do gestor regional do DEJT do TRT-PE, Aldemir Alves dos Santos, a mudança da tecnologia passará a permitir a visualização de imagens na própria publicação. A previsão é que a inovação seja implementada ainda neste semestre. O sistema vai passar por testes de homologação antes de ser colocado em produção nacionalmente.



3ª VT de Olinda tem nova instalação

A população da cidade de Olinda passa a contar com uma moderna estrutura de atendimento do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE). Com gabinetes, secretaria, arquivo, sala de audiência e escritórios climatizados, o novo prédio da 3ª Vara de Trabalho (VT) foi inaugurado em maio. Ele faz parte da ampliação do fórum trabalhista da cidade, localizado no quilômetro 4,8 da Rodovia PE 15, na Cidade Tabajara, onde também funcionam as 1ª e 2ª varas.

Durante a inauguração, o presidente TRT-PE, desembargador

Ivanildo da Cunha Andrade, destacou o pioneirismo da cidade para a evolução da prática jurídica no país. “É com satisfação e muito honrado que eu compareço a Olinda, a Marim dos Caetés, para a entrega deste novo equipamento. Ao lado de São Paulo, a cidade constitui o princípio do Direito no Brasil com o surgimento dos cursos de Direito.”

O presidente Ivanildo Andrade também felicitou a cidade pela conquista, que garantirá melhor atendimento aos cidadãos. “Olinda está de parabéns. O que

o Estado faz, ao entregar estas dependências, não é um favor, é uma obrigação. Com o empenho dos servidores e parceiros, esta nova estrutura e o Processo Judicial Eletrônico (PJE), estaremos prestando melhores serviços à sociedade. Daremos ao contribuinte um retorno digno dos seus investimentos”, disse o desembargador. A 3ª VT já funcionou em uma faculdade e no alojamento para juízes do Fórum de Olinda.

Diretor do fórum e juiz titular da 3ª VT, Roberto de Freire Bastos mostrou-se entusiasmado com as

mudanças. “A gente tem sempre de agradecer a todos que contribuem para um Judiciário forte, respeitado, sério e competente. Agradeço o empenho dos desembargadores Ivanildo Andrade e André Genn na entrega desta nova casa. Neste momento, também destaco o trabalho dos servidores, sempre responsáveis no cumprimento das atividades. O direito só serve se ele servir à cidadania.” Instalada em 2008, a 3ª VT recebe, em média, dois mil processos por ano e conta 16 servidores.

Fotos: Stela Maris



3ª Vara do Trabalho funciona na ampliação do fórum de Olinda



Dispositivo de honra com representantes do TRT-PE, da Prefeitura de Olinda e da OAB-PE

Presidente do TRT-PE é cidadão do Recife

Natural de Macaparana, Zona da Mata Norte de Pernambuco, o desembargador e presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE), Ivanildo da Cunha Andrade, recebeu o título de cidadão recifense. A cerimônia aconteceu na Casa de José Mariano – Câmara dos Vereadores do Recife, no dia 20, em proposição de título feita pela vereadora Aimée Carvalho.

Morador da capital pernambucana desde 1963, o desembargador Ivanildo Andrade confessou-se orgulhoso por possuir, agora legalmente reconhecido, o título de cidadão do Recife, que há muito já se atribuíra. Em seu discurso, emocionado, relembrou as memórias que traz guardadas de Macaparana e do Recife. “Na imagem mais longínqua da infância vejo dois marcos a delimitar a minha paisagem”, disse, referindo-se às duas cidades.

Ainda no agradecimento, o de-

sembargador Ivanildo Andrade resgatou sua trajetória de vida e de luta: a infância em Macaparana, a conclusão do curso colegial no Ginásio Pernambucano, a formação superior na Faculdade de Direito, a experiência internacional, as mais de três décadas dedicadas à magistratura e o apoio da família.

“Hoje, o menino de Macaparana e o homem do Recife se completam. Mesmo sem plena consciência, no menino de Macaparana já se encontrava o homem do Recife, e neste perdura o menino de Macaparana, sempre a lembrar ao bacharel em Direito, ao magistrado trabalhista, a necessidade de manter aceso o senso de justiça que cedo lhe foi despertado pelas condições subumanas dos trabalhadores da palha da cana”, declarou o magistrado.

A sessão foi presidida pelo vereador Eduardo Marques. Integraram a mesa de honra os deputados



Desembargador Ivanildo Andrade recebe diploma das mãos da vereadora Aimée Carvalho

estaduais Mavial Cavancanti e Antônio Morais, o vice-presidente do TRT-PE, desembargador Pedro Paulo Pereira Nóbrega, e o procurador do Trabalho Pedro Serafim. Estiveram presentes o presidente dos Diários Associados, Joezil Barros, o vereador Jurandir Liberal, desembargadores, juízes e servidores do TRT-PE, amigos e familiares.

Ivanildo Andrade formou-se em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, em 1973. Também possui bacharelado em Ciências Criminológicas pela Universidade Livre de Bruxelas (1977) e mestrado em Gestão Financeira Pública pela Universidade de Antuérpia, ambas na Bélgica (1976). Ingressou

na magistratura do Trabalho da 6ª Região em 1981, como juiz do trabalho substituto.

Presidiu a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 6ª Região (Amatra VI), no biênio 1990-1992, e a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), entre 1993 e 1995, além de ter exercido a vice-presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), na gestão de 1996 e 1997. Em julho de 2001, Ivanildo da Cunha Andrade foi promovido para a Segunda Instância do Tribunal. Foi corregedor regional no biênio 2009-2011 e atualmente preside o TRT-PE, eleito para o período compreendido entre 2013 e 2015.



O TRT-PE, atendendo à solicitação da Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho do Adolescente, instituída pelo TST e pelo CSJT, enviou ofício aos juízes do Trabalho de Pernambuco sugerindo a veiculação da mensagem, transcrita abaixo, nos termos de audiência de 3 de junho de 2014. A citação ressalta a importância do cuidado com as crianças e da manutenção dos direitos do futuro do país.

“Quem trabalha com o mundo do trabalho tem razões para gritar mais alto: ‘não ao trabalho infantil!’”. Neste 3 de junho de 2014, junte-se à Justiça do Trabalho, para entender, explicar, denunciar e combater todas as formas do trabalho infantil. Por um Brasil melhor, que garanta hoje aos futuros trabalhadores o insubstituível tempo de brincadeiras, de sonhos, de estudos e de formação.”